

COMUNICAÇÃO

DIGITAL DE CIRCULAÇÃO INTERNA

16/11/2023 - ANO 2
EDIÇÃO Nº41

EMPRESARIADO NACIONAL MARCA PRESENÇA NA ROA.2023



WORKSHOP SOBRE

ROCHAS ORNAMENTAIS

LUANDA ACOLHE IIª EDIÇÃO DA AMC



de mineração, promovendo a colaboração internacional e o intercâmbio de conhecimentos.

Por outro lado, a AMC vai também dar uma especial atenção às inovações tecnológicas concebidas para aumentar a produção de forma sustentável e ambientalmente responsável.

Os investidores e intervenientes na indústria mineira de Angola participarão num conjunto de diversas sessões de mineração para discutir projectos estratégicos de desenvolvimento, parcerias e oportunidades de investimento que estão a dinamizar a inovação e a sustentabilidade no sector.

"Desenvolvimento de Recursos Minerais, Sustentabilidade e Desafios" é o lema para 2ª edição da Conferência e Exposição Internacional de Mineração de Angola (AMC) que acontece no Centro de Convenções Talatona (CCTA), em Luanda, entre os dias 22 e 23 deste mês.

Durante uma conferência de imprensa promovida em Luanda, em 30 de Outubro deste ano, o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Correa Victor, destacou o sector dos recursos minerais como sendo uma desenvolvimento das áreas-

chave no e sustentabilidade da economia de Angola.

De iniciativa do MIREMPET e da AMETrade Ltd, o encontro tem como objectivo fazer uma abordagem profunda sobre o compromisso do governo angolano em diversificar os recursos minerais do país e atrair mais investimento estrangeiro.

A actividade vai contar com mais de 600 participantes, dos quais 13 expositores e 22 oradores que vão partilhar os seus conhecimentos, fornecendo informações relevantes sobre as tendências actuais e futuras da indústria

Uma das sessões da conferência, intitulada "Actualizações na Perspectiva da Exploração", avaliará a riqueza mineral de Angola e determinará como esta se alinha com as tendências da procura global e as previsões de oferta, demonstrando o papel fundamental do país na garantia de recursos críticos. ■

CNC DA ITIE-ANGOLA ANALISA RELATÓRIO PRELIMINAR



7ª REUNIÃO DO COMITÉ
COORDENAÇÃO

O Comité Nacional de Coordenação (CNC) da Iniciativa para a Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) reuniu, no dia 1 de Novembro, para debater sobre o primeiro relatório preliminar da ITIE-Angola, cujo prazo de entrega termina a 16 de Dezembro deste ano. O Comité Nacional de Coordenação (CNC) da Iniciativa para a Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) reuniu, no dia 1 de Novembro, para debater sobre o primeiro relatório preliminar da ITIE-Angola, cujo prazo de

entrega termina a 16 de Dezembro deste ano.

Na abertura da reunião, que juntou a parte governamental, indústria e sociedade civil, o presidente do CNC, Diamantino Azevedo, adiantou que a versão preliminar do primeiro relatório da ITIE-Angola está a ser elaborado pelo Administrador Independente (a consultora Ernst & Young), encontrando-se "em fase avançada de preparação", sendo que um grupo técnico foi constituído para "superar as barreiras relativas à divulgação dos dados financeiros desagregados", conforme exigências da norma 2019 da ITIE.

É relevante destacar a importância de se obter a apreciação deste órgão sobre o Relatório Preliminar", apelou Diamantino Azevedo aos presentes.

"Esperamos que, para além das divulgações a serem feitas, a

implementação da ITIE em Angola contribua igualmente para a melhoria do debate público e da fiscalização da gestão dos sectores extractivos, o que, certamente, contribuirá para a melhoria contínua do ambiente de negócios e para a mobilização de novos investimentos, tanto nacional como estrangeiro", acrescentou.

José Malanga, Director Executivo do CNC, sublinhou que, "por situações legais, o relatório da ITIE-Angola de 2021 não será o mesmo que os membros do Comité gostariam de produzir, depois de 18 meses de adesão de Angola à organização internacional", sendo, contudo, um relatório que "assegurará a manutenção do país na Iniciativa como um bom Membro". ■

PR INTEIRA-SE SOBRE PROJECTO MINEIRO DE CASSINGA



Questões ligadas ao projecto mineiro de Cassinga, na Huíla, e da siderurgia no Namibe dominaram a audiência que

que o Chefe de Estado, João Lourenço, concedeu, a 30 de Outubro, ao presidente da Tosityali Holding, Fuat Tosityali, no Palácio Presidencial, em Luanda. Em declarações à imprensa, Fuat Tosityali disse que, durante o encontro, falaram sobre o Projecto Mineiro de Cassinga e da siderurgia a ser construída no Namibe, com o objectivo de aprofundar as discussões sobre esses projectos.

O responsável da Tosityali Holding destacou os progressos realizados nos trabalhos em curso nos locais

dos projectos e elogiou o comprometimento do Presidente João Lourenço. "Explicamos ao Senhor Presidente os trabalhos em curso e este mostrou-se bastante comprometido, oferecendo o seu total apoio em relação à implementação dos projectos.

Dessa forma, também agiremos em conformidade com o desejo do Senhor Presidente para que possamos avançar rapidamente", concluiu Tosityali. ■

Créditos: CIPRA

CEO DA DE BEERS RECEBIDO NO PALÁCIO



O Presidente da República, João Lourenço, abordou a 31 de Outubro, em Luanda, com o CEO da diamantífera multinacional sul-africana, DE BEERS, Al Cook, o estado de execução dos projectos desenvolvidos pela mineradora em Angola.

Prevê-se um incremento da acção da multinacional em Angola nos próximos tempos, conforme fez saber o homem de negócios à saída da audiência.

A DE BEERS está a retomar em força a sua operação em Angola depois de uma ausência de dez anos, por discordar de políticas que interpretou, à época, como prejudiciais à sua actividade. Depois que medidas de política mais atractivas foram

adoptadas pelo Presidente João Lourenço, a liderança da diamantífera reconsiderou a sua posição e voltou a apostar no mercado angolano.

Em entrevista aos media, à saída da audiência com o PR, Al Cook afirmou que os investimentos da DE BEERS em Angola estão a avançar de forma "bastante progressiva" e a pretensão é acelerar e expandir ainda mais.

"Vamos continuar a trabalhar com o Governo de Angola, vamos continuar a trabalhar com o ministro Azevedo, vamos continuar a trabalhar com a Endiama, que são nossos parceiros bastante respeitados, para que possamos expandir, cada vez mais, as nossas neste sector", afirmou. Com dois contratos de investimento

mineiro para explorar diamantes nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, a diamantífera sul-africana realiza estudos de eletromagnética, que visam a localização de Kimberlito.

"Apraz-me dizer quanto a isso duas coisas: em primeiro lugar que esses estudos já estão concluídos em 50 por cento. Isso vai nos permitir que avancemos e a próxima fase seria a realização de pesquisas magnéticas através de aeronaves. A segunda fase será ser a perfuração para que possamos certificar realmente se existem diamantes no solo angolano", esclareceu.

Al Cook destacou as reformas implementadas pelo Executivo, com vista à atracção de investimento estrangeiro e que incentivaram o regresso da De Beers às operações em Angola, depois de uma ausência de dez anos. Entre as medidas, o empresário realça o facto de Angola ter aderido à Iniciativa Internacional de Transparência nas Indústrias Extractivas, a liberalização cambial e a liberalização de vistos.

"Eu afirmei ao Sr. Presidente que Angola é um país que tem recursos bastante importantes e recursos esses que deverão ser aproveitados. Mas todos esses (recursos) só criarão valor graças ao trabalho que tem sido empreendido pelo senhor Presidente da República", declarou.

Segundo Al Cook, as medidas de política mais atractivas adoptadas pelo Executivo vão fazer com que outros investidores possam investir em Angola. ■

Créditos: CIPRA

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR: Luciano Canhanga; **SUPERVISORA:** Catarina Travessa;;
COORDENADORA: Cristina Cunha, António Oliveira, **REDACÇÃO:** Belarmino Gomes, Nelson Muanha, Queirós Silva, Feliciano Luzayano, Carmo Canguary
COLABORAÇÃO: António Oliveira, António Feijó Junior
PAGINAÇÃO: Organizações Hotchali

EMPRESARIADO NACIONAL MARCA PRESENÇA NA ROA.2023



Empresários nacionais marcaram presença no workshop e exposição sobre rochas ornamentais (ROA.2023), a 26 de Outubro, no Lubango, Huila. Durante a abertura, o Ministro Diamantino Azevedo encorajou o empresariado nacional a eliminar todas as barreiras, sejam lugares físicos de infraestruturas geológicas, de transporte, portuárias, para que mais empresários se dediquem ao Sector.

"Temos, mais uma vez, que felicitar os nossos empresários, aqueles que fazem acontecer e dizer aos mais cépticos que a

diversificação da economia está mesmo a acontecer. Portanto, nesses momentos, devemos continuar a promovê-los e a incentivar", enfatizou o governante.

O governante reconheceu o trabalho social desenvolvido pelas empresas no sector que dirige, apelando à continuidade, para que as comunidades comecem a tornar-se autossustentáveis e desenvolvam projectos económicos.

"As empresas fazem um trabalho social importantíssimo, mas também devem repensar e

começar a fazer mais projectos sociais para promoverem acções puramente de apoio social" disse o Ministro, acrescentando que "o Sector dos Recursos Minerais organiza workshops sempre com a intenção de trazer resultados novos, com objectivos bem definidos, promover o Sector, mostrar o que está a ser feito e e atrair mais investimento, essencialmente privado, para as áreas respectivas", referiu o governante.

A exposição sobre rochas ornamentais decorreu durante dois dias, 26 e 27 de Outubro, e contou com 25 expositores, entre os quais 20 nacionais e 5 internacionais. ■

MIREMPET alerta operadores para cumprimento da lei



Os operadores e empresários no segmento de rochas ornamentais foram alertados para que façam mineração “apenas nas suas

concessões e em obediência à lei”, sob pena de serem cassadas as licenças dos incumpridores.

Para o Ministro Diamantino Azevedo

ue falava na abertura ROA.2023, tem de se olhar questões ambientais, mais voltadas para a descarbonização. Solicitou ainda o apoio dos bancos para os projectos neste subsector mineiro.

“O Sector dos Recursos Minerais e Hidrocarbonetos é verdadeiro motor da diversificação económica do nosso país. Cada vez mais, temos de olhar criteriosamente às questões ambientais, isto é, descarbonizarmos mais”, destacou.

Por seu turno, o Vice-Governador da Huila, Hélio de Almeida, em representação do governador local, considerou a realização do workshop como “uma demonstração de comprometimento do MIREMPET com a promoção de políticas sustentáveis de extracção, comercialização e preservação da beleza natural do país”.■

SERM garante empenho do mirempet para melhorar subsector

O Executivo angolano reconhece que o caminho a percorrer, para atingirmos a excelência no subsector de rochas ornamentais, ainda é longo. “Estamos cientes das nossas insuficiências, mas sabemos também que o caminho é irreversível para se desenvolver um centro industrial de excelência, com representatividade ao longo da sua cadeia de valor”, disse o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor, durante o encerramento do workshop e exposição sobre Rochas Ornamentais.

Segundo o governante, que falou em nome do Ministro Diamantino Azevedo, “os dois dias de debates sobre as rochas ornamentais, além de enumerar os problemas existentes neste subsector, também trouxeram à luz caminhos, soluções e evidências”.

O Secretário de Estado considerou ainda necessária a continuidade do trabalho intersectorial, bem como o alinhamento com os governos provinciais e administrações locais para serem solucionados os constrangimentos existentes.■



AGENDA MIREMPET

2ª Conferência e exposição Mineira (AMC), 23 e 24 de Novembro

10 e 11 de Dezembro – Workshop sobre Recursos Minerais e Hidrocarbonetos, em Moçâmedes, Namibe.

ANGOLA QUER BAIXAR EM 20% EMISSÕES DE CARBONO



A ANPG, o Instituto Nacional de Gestão Ambiental e a Chevron assinaram, em 30 de Outubro, em Luanda, um Memorando de Entendimento de expansão de energia de baixo carbono.

Convidado a proceder a abertura do evento, o Ministro Diamantino Azevedo mostrou-se "satisfeito" pela concretização do acto que se tornou realidade após 3 meses de negociações entre as partes.

"Marca o início da cooperação tripartida, tendo em conta o paradigma de combate às alterações climáticas e a transição energética a nível global", enfatizou o governante, elucidando que "o objectivo é fomentar produtos de baixo carbono, através do estabelecimento de uma estrutura organizacional em que intervenham todos os signatários do Memorando". Avançou que as potenciais áreas de cooperação e desenvolvimento estão ligadas ao hidrogénio verde, amônia verde, biocombustíveis como etanol,

aviação, mercados de carbono e compensação, bem como tecnologias de captura de carbono.

Segundo Diamantino Azevedo, o Memorando também contempla a participação de entes privados, "através do estabelecimento de parcerias público-privadas".

Garantiu que, por meio do departamento ministerial que dirige, o Executivo angolano, liderado pelo Presidente João Lourenço, está empenhado e tem implementado programas de baixo carbono e espera que até 2027 consiga baixar em 20% as emissões de carbono em relação a 2020.

"É desejo sério e irreversível", afirmou, esperando que "seja levado a cabo por todas as instituições do Sector e parceiros". Paulino Jerónimo, pela ANPG; Hassana Lima, pelo INGA, e Billy Lacobie, pela CABGOC/Chevron Angola, assinaram o Memorando de Entendimento testemunhado pelo Ministro Diamantino Azevedo e pela Secretária de Estado para o Ambiente, Ana Paula Coelho.■

EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO AUMENTAM LIGEIRAMENTE NO 3º TRIMESTRE



A ngola exportou, durante o 3º Trimestre de 2023, cerca de 96,37 milhões de barris de petróleo bruto, avaliados em aproximadamente 8,26 mil milhões de dólares americanos, informou o Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, na abertura das apresentações das realizações e projecções da indústria petrolífera, no terceiro e quarto semestres de

2023. O balanço da indústria aconteceu a 24 de Outubro, na sede do MIREMPET. Quanto ao gás, as exportações realizadas totalizaram cerca de 1,20 milhões de toneladas métricas, dos quais 78,70%, corresponde ao LNG. A receita bruta arrecadada é de 610,16 milhões de dólares americanos, representando um ligeiro aumento de 0,46%

comparado com o trimestre anterior. O valor da comercialização revela-se superior em 19,01% comparativamente ao referido trimestre, resultando de preços mais baixos do gás no mercado internacional.

O governante adiantou que o preço do Brent datado no mercado internacional foi influenciado por vários factores, com realce para a extensão dos cortes de produção da OPEP+ até ao final de 2023 e o anúncio da Arábia Saudita em cortar a produção em cerca de 1 milhão de barris por dia, o que resultou na redução da oferta de Petróleo Bruto no mercado Internacional. De igual forma, o aumento da procura do crude pela China, o verão na Europa e nos EUA contribuíram favoravelmente para o aumento dos preços neste período. Os principais destinos do petróleo bruto angolano foram os mercados asiático e europeu. Salta à vista que, ao longo do 3º trimestre de 2023, os preços do petróleo bruto no mercado internacional tiveram uma tendência crescente. O mercado europeu importou maioritariamente o LNG.■

TÉCNICOS DO DTI CAPACITADOS SOBRE AZURE



Saiba um pouco sobre projecto mineiro Niobonga

Os técnicos do DTI foram capacitados para gestão da plataforma de computação Azure AZ-104 que consiste em fornecer uma compreensão e práticas recomendadas de administração, para os desafios complexos do ambiente em nuvem.

A certificação Azure AZ-104, também conhecida como Microsoft Certified: Azure Administrator Associate, tem se destacado como um selo de excelência para aqueles que buscam administrar e implementar soluções na Microsoft Azure. Este programa de formação oferece uma compreensão abrangente dos serviços

essenciais do Azure e práticas recomendadas de administração, capacitando os profissionais a enfrentar os desafios complexos do ambiente em nuvem.

De acordo com o formador certificado da Microsoft, Carlos Buila Gando, a formação vai permitir que os técnicos deste departamento tornem-se administradores de clouds/nuvem da Microsoft e implementem várias soluções de servidores, como bases de dados e aplicações na cloud da Microsoft.

Para os técnicos do DTI, a formação, que decorreu de 6 a 11

de Novembro, na sala de formação do MIREMPET, foi “muito proveitosa”.

“A formação Azure AZ-104 não é apenas uma certificação, mas uma ferramenta estratégica para enfrentar os desafios da transformação digital. O conhecimento adquirido não só aprimorou a capacidade de administrar recursos na nuvem, mas também melhorou a colaboração e inovação em nossa equipa”, destacaram.■

Saiba um pouco sobre projecto mineiro Niobonga

APRESENTAÇÃO



PLANO DE EXPLORAÇÃO DAS
JAZIDAS DE NIÓBIO DO PROJECTO
MINEIRO DE NIÓBIO DE QUILENGUES

A localidade de Bonga está situada no município de Quilengues, Huila, e acolhe o projecto mineiro para a exploração de Nióbio, designado Niobonga que prevê a exploração de nióbio.

A Sociedade constituída entre a Shunshine, LDA, a Doriouro, LDA, a Chinangol, LDA e Varejo, LDA é detentora dos direitos de prospecção dos jazigos de nióbio existentes na sua área de concessão, obtidos em conformidade com o Código Mineiro de Angola,

promulgado através da Lei n.º 31/2011, de 23 de Setembro.

ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO ANUAL E VIDA ÚTIL DO PROJECTO

A capacidade de produção anual da mina é de 1,65 milhão de toneladas.

Seis escavadeiras estão projectadas para atender a demanda existente. A vida útil da mina é estimada em 21,5 anos.

RECURSOS HUMANOS



Atendendo à situação em Quilengues, onde não há actualmente uma actividade mineira, recomenda-se que uma equipa seleccionada de especialistas partilhe conhecimentos técnicos como de gestão e competências, por forma a assegurar que a mina possa agilizar e otimizar a aprendizagem do pessoal a todos os níveis. ■

Estima-se serem necessários 406 postos de trabalho directos. Os requisitos específicos do posto serão avaliados para cada caso e convertidos para especificações de competências e qualificações pessoais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Construídas 120 casas para o realojamento de populações que se encontra(va)m dentro da concessão. O processo irá continuar até realojar a que está em toda área da concessão;

Estado do realojamento: em curso com foco no carbonatito de Bonga;

Trabalhos civis e de engenharia em curso (para

implantação Projecto): construção da represa de água, construção do complexo de beneficiamento do minério, construção da bacia de rejeitados, etc;

Previsão para início da extracção e beneficiamento em 2024;

Principais desafios: fornecimento de energia e água.

O Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Victor, visitou o

Projecto no dia 25.10.2023 para constatar o estado actual do projecto. ■

“Potenciais áreas de Cooperação e desenvolvimento estão ligadas ao hidrogénio verde, amônia verde, biocombustíveis como etanol, combustível sustentável para a aviação, mercados de carbono e compensação, bem como tecnologias de captura de carbono.”.

*Ministro Diamantino Azevedo,
Memorando de Entendimento de expansão de energia de baixo carbono, 30/10.*



“Estamos cientes das nossas insuficiências, mas sabemos também que o caminho é irreversível para se desenvolver um centro industrial de excelência, com representatividade ao longo da sua cadeia de valor no subsector de rochas ornamentais”.

*Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor,
Encerramento do workshop e exposição sobre Rochas Ornamentais, Lubango,
27/10.*

"Nos diamantes, o produto vai em uma caixinha e o dinheiro vem em um contentor. Nas rochas ornamentais, o produto vai nos contentores e o pagamento vem no bolso".

Eng. Marcelo Siku, Workshop sobre Rochas Ornamentais, Lubango, 27/10.



Por: António Feijó Júnior

A regulação e a defesa da Concorrência – resposta ao normal funcionamento do mercado dos derivados do petróleo

A abertura do mercado no segmento dos derivados, em vários países proporcionou o aumento do número de agentes participantes em diferentes negócios da cadeia de valor e introduziu elementos competitivos em todas as actividades da indústria dos derivados.

A alteração do ambiente competitivo resultado da abertura do mercado, exigiu a presença e atenção dos órgãos reguladores deste sector.

É neste contexto que a regulação surgiu como resposta às insuficiências ou deficiências inerentes ao funcionamento do mercado, e corrigir as falhas de mercado, prevenindo comportamentos dos agentes económicos que limitem ou falseiem as regras do mercado e também por razões de interesse público tais como a protecção e segurança dos consumidores, equidade social e protecção do ambiente. Deste modo, as principais linhas de força dos órgãos reguladores conduziram ao estabelecimento de disposições legais, cujos princípios e diretrizes abrangeram as regras para o exercício das actividades, para o

licenciamento das infraestruturas do sistema dos derivados do petróleo, a política da qualidade de produtos, nomeadamente, a especificação das características físico-químicas dos diversos derivados de petróleo e do gás natural e, voltadas directamente para a protecção dos interesses dos consumidores, no contexto da realidade nacional de cada país.

O Objectivo dos órgãos reguladores do mercado downstream é a promoção da livre concorrência em mercados regulados, pois a concorrência é um princípio basilar de todos os mercados, incluindo os mercados regulados.

Com efeito, no contexto concorrencial entre vários agentes do mercado, a actividade de regulação voltou-se para os aspectos regulatórios inerentes e específicos aos distintos negócios desenvolvidas no segmento dos derivados do petróleo, bem incorporou o desafio de mediar possíveis conflitos entre os agentes do mercado.

Neste âmbito, o papel dos reguladores do segmento downstream está assente no princípio de garantir a concorrência no mercado interno, corrigir falhas de mercado, controlar externalidades negativas e proteger os consumidores.

O conceito de regulação, na óptica de John Commons (1934), assenta na necessidade do ordenamento da acção colectiva para fins económicos e, para isto, existem diferentes mecanismos adequados a um ambiente de mercado livre ou de mercado regulado.

Aqui, vale notar que a dinâmica de um mercado livre e aberto ou

regulado não significa que as empresas petrolíferas não estão impedidas de adoptar uma estrutura verticalmente integrada no mercado de derivados, afim de buscar a eficácia funcional e a eficiência económica, o que significa dizer que geralmente é permitido o exercício simultâneo das actividades de importação, gestão dos terminais de recepção e expedição, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos refinados.

Porém, no caso vertente de empresas com estruturas verticalmente integradas, a definição dos limites existentes entre os diferentes tipos de serviços, cabe às agências reguladoras que geralmente mediante o estabelecimento da obrigatoriedade da separação funcional (operacional) e contabilística (contábil) das empresas, asseguram a transparência da regulação tarifária e de todas as questões associadas às regras de acesso às instalações petrolíferas e a qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, em linhas gerais, as principais linhas de força dos órgãos reguladores estão voltadas para os aspectos regulatórios relacionados com a defesa da concorrência, a qualidade dos serviços prestados, o controle tarifário, a definição das condições de licenciamento para o exercício da actividade de refinação e de importação, a regulação das tarifas e das condições de acesso do acesso de terceiros às infraestruturas de refinação, de armazenagem, de transporte e distribuição, de comercialização a grosso e a comercialização a retalho de produtos combustíveis em postos

Por: António Feijó Júnior

de abastecimento, bem como a regulação das reservas de produtos petrolíferos.

Desta feita, dada a dinâmica que caracteriza um mercado liberalizado e concorrencial, aos órgãos reguladores está reservado o importante papel de evitar que se criem distorções no ambiente competitivo das actividades de refinação, armazenagem, distribuição e comercialização, fundamentais para a promoção da competição e desenvolvimento de estruturas de incentivo ao investimento. Noutros termos, a combinação dos diferentes mecanismos regulatórios deve definir tanto o padrão de concorrência da indústria dos derivados quanto os estímulos ao investimento.

Em suma, o objectivo da regulação na indústria dos derivados não é somente o aumento da eficiência económica, através da criação da competição no segmento dos derivados, mas também a criação de condições para expansão dos investimentos.

Na prática, a actuação da regulação, endereça os desafios de um mercado grossista ou retalhista mais complexo e fragmentado, assegurando que, por via do acesso a informação sobre a dinâmica do mercado se estabeleça um desenho regulatório adaptativo de modo a se evitarem fenómenos de exclusão ou de distorção de mercado, sempre possíveis em mercados competitivos não acompanhados com preocupações de equidade.

O papel dos órgãos reguladores é, pois, assegurar um equilíbrio regenerador a partir do interesse manifestado por distintos agentes do mercado estatais ou privados, com abordagens no sentido da preservação da justiça e da defesa da concorrência assente nas falhas de mercado, tendo como finalidade garantir o normal funcionamento do mercado dos derivados.

Na realidade, o contexto regulatório não pode deixar de ter em consideração que um mercado grossista ou retalhista e com consumidores mais activos e preparados torna-se propício a criação de agentes

mais conscientes e um contexto de política regulatória mais exigente.

Chegados a este ponto, importa referir que a natureza da regulação jurídico-económica do sector do sector *downstream* da indústria petrolífera, é um tema global, complexo e importante do sector energético, que se refere às actividades que ocorrem após a extração do petróleo tais como o refinação, transporte, distribuição e comercialização de combustíveis em postos de abastecimento, adquire maior robustez se for capaz de dinamizar todos os sectores da sociedade em torno da sua actuação.

Por esta razão, geralmente é uma ambição dos órgãos reguladores aumentar a massa crítica sobre as actividades reguladas e incentivar uma participação activa da sociedade na regulação do sector dos derivados.

Outrossim, constitui uma prioridade dos órgãos reguladores garantir que a informação seja facilmente acessível aos consumidores e demais interessados.

É igualmente importante, que os reguladores prestem a devida atenção ao aperfeiçoamento da sua estratégia de comunicação, promovendo o acesso à informação e proporcionando o envolvimento de todos na sociedade.

Em concreto, os órgãos reguladores devem estar preparados para regulamentar de modo a contribuir para o desenvolvimento dos negócios que se realizam em quase toda a vida do segmento dos derivados do petróleo bruto, desde a refinação, importação, terminais de recepção armazenagem e expedição, logística de distribuição e comercialização de combustíveis e biocombustíveis, lubrificantes, gás do petróleo liquefeito (GPL), asfalto e outros produtos derivados do petróleo.

A regulamentação estabelecida deverá privilegiar a concorrência real que resulte

na oferta dos melhores preços possíveis, melhor qualidade dos produtos e serviços, preços justos e criar factores de atracção para os potenciais investidores.

Efectivamente, tendo em conta a natureza das infraestruturas de armazenamento e distribuição de derivados e as condições de acesso as mesmas, de forma não discriminatória, num ambiente de sã concorrência, bem como a natureza dos produtos e serviços oferecidos por um posto de combustível, exigem dos órgãos reguladores o estabelecimento de regulação específica que deverá reger o exercício de cada uma das actividades que compõem o sector dos derivados do petróleo num determinado País.

Por outro lado, é imperativo que os agentes do mercado dos derivados conheçam os diplomas legais que regulamentam as actividades em que estão envolvidas, de modo a estar sempre em conformidade com as disposições da legislação.

Em geral, as actividades do sector dos derivados são regulamentadas em todos os negócios da sua cadeia de valor. Os processos de licenciamento, autorização, actualização cadastral e revogação devem ser feitos directamente pelos agentes do mercado. Cabe aos agentes reguladores do sector *downstream* a responsabilidade de emitir licenças e autorizações que tratam do exercício das actividades, das infraestruturas, de questões ambientais, situações de risco laboral ou implicações fiscais e cabe aos reguladores monitorar e fiscalizar as empresas que actuam neste sector.

Para o efeito, os reguladores elaboram uma série de leis e normas para determinar regras e responsabilidades que devem ser assumidas e as medidas a serem tomadas em caso de incumprimento da legislação aplicável. Os incumprimentos podem representar multas que podem representar custos significativos para os proprietários de postos de abastecimento ou de infraestruturas ligadas ao sector e até a perda da licença do exercício das actividades. ■

A CRISE ENERGÉTICA NA ÁFRICA DO SUL, PANORAMA E PERSPECTIVAS



Por: António Oliveira
Técnico de comunicação institucional

Cidade do Cabo, 25/10/2023 – Uma radiografia da actual situação do sector energético da África do Sul há de revelar o país africano que mais consome energia eléctrica. A Eskom, empresa pública, gera cerca de 96% de toda a electricidade. Os restantes 4% estão sob a responsabilidade de produtores independentes.

O facto de gerar mais de 85% da electricidade faz do carvão a maior fonte de energia no país. Seguem-se as fontes de energia nuclear e a derivada do gás natural.

Devido à utilização do carvão, um combustível fóssil barato, a África do Sul é o maior emissor de CO₂ no continente africano com a marca de mais de 34% e está entre os 15 maiores em todo mundo. Entretanto, é também o líder continental da transição energética, assunto ao qual voltaremos.

Além da questão ambiental causada pela utilização de carvão como fonte de electricidade, a África do Sul enfrenta um excessivo consumo de energia.

Esta situação tem vindo a sobrecarregar as centrais de produção de electricidade. Algumas delas tornaram-se propensas a acidentes e outras aproximam-se do fim da vida útil.

A manutenção e reparação dessas infra-estruturas estão na base de cortes no fornecimento de electricidade e, conseqüentemente, da crise energética.

À entrada do último quinteto do Séc. XIX, a África do Sul instalava as primeiras luzes eléctricas na cidade mineira de Kimberly. O objectivo era melhorar as condições de trabalho nocturno na mina. Volvidos mais de 140 anos, o mundo vem testemunhando uma crise energética com implicações directas na economia deste país, em particular, na indústria

O sector mineiro, o principal consumidor de energia eléctrica, tem um grande peso na economia da África do Sul e eleva o país para uma referência mundial em matéria de transição energética, um assunto da agenda internacional. Em 2019, a África do Sul alcançou o topo da produção mundial de platina. O urânio reforça o posicionamento do país no mundo da mineração. Em 2020, foi o 11º produtor mundial de urânio com 250 toneladas. Tanto a platina quanto o urânio têm uma grande valia na transição energética.

A indústria mineira vive dias sombrios por causa da crise energética nesta potência regional. A perspectiva do crescimento do défice energético é assustadora, pois poderá pôr em causa as operações nas minas. Um cenário destes afectaria, sobretudo, o fornecimento da platina, por exemplo, pois o país representa 72% da produção global deste mineiro. Os efeitos estender-se-iam por todos outros sectores.

O Presidente da República, Cyril Ramaphosa, no seu discurso sobre o Estado da Nação, em Fevereiro passado, disse que “sem um fornecimento fiável de electricidade, os nossos esforços para desenvolver uma economia inclusiva que crie empregos e reduza a pobreza não terão sucesso”.

As fontes de energia renováveis ?? podem reduzir, em grande medida, a dependência excessiva do carvão, um recurso finito e ambientalmente hostil. Sendo o país rico em recursos energéticos limpos e renováveis, a esperança de se ultrapassar a crise vem sendo alimentada por medidas pragmáticas. O Departamento de Energia da África do Sul anunciou a execução de um ambicioso Programa de Energias Renováveis que visa impulsionar a geração de electricidade a partir de fontes renováveis. Este programa prevê a adjudicação de contratos para uma capacidade total de

3.725 MW. Numa tentativa de migrar para fontes de energias renováveis, a África do Sul publicou um documento, em 2003, detalhando como o país irá gerar 10 TWh de electricidade a partir de fontes de biomassa, eólica, solar e hidroeléctrica de pequena escala. Este documento serve de base para o desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis.

Outra medida institucional foi a criação da Transição Energética Justa conhecida por JET - Just Energy Transition - uma solução abrangente a todos afectados pela eliminação progressiva do uso do carvão e de outros combustíveis fósseis, refere um artigo publicado na revista *African Decisions*.

O Plano Integrado de Recursos de 2019 também vai neste sentido ao estabelecer uma diversificação do cabaz energético até 2030.

Do ponto de vista operativo, num ambiente de promoção da utilização de energias renováveis, a Eskom ergueu o primeiro parque eólico do país (Klipheuwel), na costa oeste da África do Sul, em 2002.

Este Estado membro da SADC tem despertado interesse pela forma como planificou a sua transição energética. Entidades internacionais, entre as quais académicos, têm acompanhado o desempenho da África do Sul e divulgando estudos e opiniões.

A Agência Internacional de Energia diz que a elaboração de políticas integradas, regulamentação do sector, incentivos a investimentos para redução de emissão de dióxido de carbono, incluindo investimento privado, maior eficiência e integração regional têm conferido ao governo sul-africano “uma força para a tarefa”.

Por: António Oliveira
Técnico de comunicação institucional

Ao ministrar palestras na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, o economista e historiador Adam Tooze, professor da Universidade da Colômbia, referiu que a única maneira de concretizar o crescimento neste país é quebrar a rede da Eskom. “A forma de o fazermos é impulsionar a implantação massiva de energias renováveis”.

Ainda no quadro de tributos prestados por entidades estrangeiras, um estudo publicado pela revista científica da Universidade de Alexandria, em 2021, menciona que, apesar da irradiação normal directa, a velocidade do vento e a quantidade de biomassa gerada anualmente serem suficientes para tornar as energias solar, eólica e de biomassa viáveis, existem desafios técnicos, financeiros, políticos e ambientais para o desenvolvimento das energias renováveis na África do Sul. Já lá vamos.

Ao nível interno, assiste-se a um debate plural. A academia, as empresas, as instituições e fazedores de opinião têm abordado a questão através de estudos científicos, conferências e intervenções na comunicação social.

Neste contexto, o Banco Central da África do Sul assinala que “a economia alimentada a carvão, com os seus contínuos apagões de electricidade - que custam às empresas 900 milhões de Rands por dia, - está a experimentar um impulso verde altamente bem-vindo”.

“A redução implacável de carga da concessionária estatal de energia está a acelerar a transição para energia limpa, à medida que mais empresas e residências tentam instalar soluções de geração distribuída, como energia solar fotovoltaica em telhados com baterias de reserva”, constata Chris Ahlfeldt, director da Blue Horizon Energy Consulting, sediada na Cidade do Cabo.

Esta instituição tem realizado cursos sobre investimento de impacto em África, na Escola de Pós-Graduação em Negócios da Universidade da Cidade do Cabo.
Um novo estudo realizado por

académicos da Universidade de Stellenbosch descobriu que os parques eólicos offshore poderiam potencialmente fornecer toda a eletricidade da África do Sul – mais de oito vezes.

Gordon Rae e Gareth Erfort, investigadores do Departamento de Engenharia Mecânica e Mecatrónica, usaram métodos de sistemas de informação geográfica para pesquisar o potencial da energia eólica offshore da África do Sul.

O seu relatório, publicado recentemente no Journal of Energy in Southern Africa, é a primeira avaliação abrangente dos recursos de energia eólica offshore da África do Sul.

Toda esta abordagem poderia suscitar uma “visão cor-de-rosa” quanto ao objectivo de se atingir a meta Carbon Neutrality até 2050, se não houvesse constrangimentos no processo.

Um estudo publicado pela Alexandria Engineering Journal destaca que a África do Sul é dotada de um enorme potencial para a produção de energia eólica, que é, actualmente, a forma de produção economicamente mais competitiva, juntamente com a energia solar fotovoltaica.

No artigo intitulado “The state of renewable energy development in South Africa: an overview” (O estado de desenvolvimento das energias renováveis na África do Sul: uma visão geral), lê-se que “devido aos problemas de escassez de água na África do Sul, o desvio deste recurso limitado para o cultivo de culturas frescas para a produção de biocombustíveis pode intensificar ainda mais a seca ou afectar a produção de culturas alimentares”.

A revista científica acrescenta que o desenvolvimento da energia eólica tem sido associado à morte de aves, uma vez que o movimento das turbinas eólicas gera regiões de baixa

pressão que podem ser fatais para aves e morcegos quando voam perto dessas pás rotativas das turbinas.

Finalmente, o artigo recomenda realização de campanhas para mostrar os diferentes tipos de tecnologias de energias renováveis que podem ser adoptadas nas comunidades rurais.

“Isto ajudaria a preparar uma mentalidade positiva relativamente à adopção de tecnologias de energias renováveis nessas regiões e reduziria, potencialmente, os conflitos relacionados com o uso da terra entre investidores e proprietários de terras”, defendem os autores do estudo.

Eles recomendam ainda a utilização de secadores solares, estufas solares e chaminés solares por serem tecnologias que podem ser integradas no sector das energias renováveis.

Outra recomendação recai sobre a assumpção de um ambiente favorável aos investidores. Isto, segundo o estudo, pode ser feito em forma de subsídios, empréstimos e até políticas destinadas a estimular o crescimento da indústria das energias renováveis.■

SANTANA RICARDO

“Conheço as matrículas de todas as viaturas do ministério”



Santana Ricardo nasceu a 25 de Fevereiro de 1963, em Luanda, o rosto de casa desta edição, confidenciou-nos que, “por causa da guerra, teve que diminuir a idade”. É casado e pai de 10 filhos.

Fez o curso médio de mecânica no centro profissional do Cazenga. Ingressou no serviço militar em 1980. Com os acordos de Bicesse, em 1992, passou na condição de desmobilizado.

No ano de 1993, ingressou nos quadros do Ministério dos Petróleos. Trabalhou com os ministros João Lourenço Landoite, Albina Assis, Desidério Costa e Botelho de Vasconcelos. Neste momento encontra-se colocado na Secretaria-Geral, com a categoria de Técnico de 3ª.

Na ex Direcção Nacional de Gestão do Orçamento (DNAGO) trabalhou com os senhores Alves, Dr. Estevão Pedro, Vieiras Dias e Lúcia Pedro. Na área dos transportes trabalhou com os senhores Simão Passarinho, Domingos de Jesus Pedro (em memória), Adelino e, neste momento, com Fernando Luís.

“Nem sequer passava pela minha cabeça trabalhar no Ministério dos Petróleos. Estava em casa e de calções quando o meu pai me convidou a dar uma volta. Fomos até ao Ministério dos Petróleos. Na ocasião, dirigia o departamento ministerial o Senhor Landoite que, por acaso, era meu cunhado”, explicou.

Mesmo estando vestido de calções, Santana contou que teve acesso ao gabinete do Ministro. O pai fez a devida apresentação e disse o seguinte: “trouxe este cidadão e o Senhor Ministro é que sabe onde vai colocá-lo”.

“Em seguida, o Ministro perguntou-me sobre o que eu sabia fazer. Respondi que era mecânico e trabalhei sempre na área de transporte. Daí encaminharam-me para os Recursos Humanos onde permaneci por um período de um ano”.

Quando o senhor Lúcia Pedro foi nomeado para exercer o cargo de chefe dos Recursos Humano, já dominava o dossiê sobre a sua colocação.

Na sequência, orientou que fosse integrado na área dos transportes da antiga DNAGO, de 1993 a 1995. Passou também um curto período na área das Relações Públicas e voltou à Secretaria Geral, onde permanece até ao momento.

Coordenou com Margareth Santos a área desportiva até 2001, ano em que foram extintos os núcleos do partido nos departamentos ministeriais.

“Desde já, digo que é necessário reactivar e massificar o desporto a nível do Ministério, porque temos muitos jovens com espírito de velho”, afirmou Santana que, nos tempos livres, pratica futebol de rua.

“Gosto de bom bagre fresco, conhecido na minha terra como Mutombo, com funge de Kandumba, prato típico de Catete”, contou o nosso rosto de casa. Santana disse que nota muita mudança em relação ao tempo passado. Apesar disso, espera que haja mais melhorias. “O trabalho dignifica o homem. Ser humilde, bom funcionário e colaborar com os colegas é o que peço sempre. Ter boa relação com os colegas também ajuda resolver muitos assuntos laborais. Quando noto algo errado, sugiro a pessoa que faça a correcção”, esclareceu Santana.

O rosto da casa garantiu que, desde então, domina a área dos transportes. Recordou que, durante o serviço militar conhecia as matrículas de todas as viaturas.

“Na tropa, tínhamos cerca de 165 viaturas e eu conhecia as matrículas de todas elas. Também conheço as do Ministério”, informou Ricardo, visivelmente satisfeito.

Pela especificidade da sua rotina diária, Ricardo Santana considera-se um funcionário, em prontidão, caso seja necessário intervir com a sua prestação em trabalhos técnicos.

“Uma pessoa que trabalha na área técnica ou na área dos transportes, não deve exhibir apenas fatos. A minha profissão é essa. A qualquer momento a viatura que estou a conduzir ou a do colega pode avariar e não vou tirar o fato em plena rua. É necessário ter sempre o uniforme para poder trabalhar”, concluiu. ■

Parabéns aos aniversariantes do mês de Novembro

ANIVERSARIANTES



Hersília Gourger
GABINETE
JURÍDICO
01/11



Gil Amadeu
DNFCL
02/11



Nazaré Costa
SECRETARIA-GERAL
02/11



Maria Furtado
GABINETE DE
SUPERVISÃO
03/11



Daysi Vilaça
DNFCL
06/11



Helena Campos
DNFCL
08/11



Honorato Caldeira
DNFCL
11/11



Ester Braz
DNSIQUEA
15/11



Carolina Alexandre
SECRETARIA-GERAL
16/11



João Neto
DNRM
20/11



Miguel Filho
GEPE
23/11



Albino Cabeto
SECRETARIA-GERAL
24/11

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por “MIREMPET” é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospecção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da protecção do ambiente.

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro – Diamantino Pedro Azevedo
Secretário de Estado para os Recursos Minerais – Jânio da Rosa Corrêa Victor
Secretário de Estado para o Petróleo e Gás – José Alexandre Barroso

SERVIÇO DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira
Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lídia Lopes
Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garnacho
Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tangahe
Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário Geral - Américo da Costa
Director do Gabinete de Recursos Humanos - João Magalhães
Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística - Alexandre Joaquim Garrett
Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez
Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António
Director do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz
Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano António Canhanga

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo
Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha
Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins
Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior
SODIAM - Eugénio Bravo da Rosa
Instituto Geológico de Angola - Canga Xiaquiuila
Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Manuel Albino Ferreira
Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim
Comissão Nacional do Processo Kimberley - Paulo

(EIXO VIÁRIO)

SEDE DO MIREMPET

RUA: GAMAL ABDEL NASSER, TORRE A